



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Relatório de Audiência

Dia: 9 de Março de 2010

Hora: 11h00

N.º 7/XI/1.^a

ENTIDADE: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, representado pelos Senhores Pedro Vicente, Fernando Pedroso, Rui Braga e Maria de Fátima Messias

ASSUNTO: Saint-Gobain Glass Portugal, S. A (Ex-Covina)

Recebida pelos Senhores Deputados:

- ✓ Anabela Freitas (PS);
- ✓ Maria das Mercês Borges (PSD);
- ✓ Artur Rêgo (CDS-PP);
- ✓ Rita Rato (PCP).

Iniciada a reunião, foi dada a palavra aos Requerentes, que expuseram a seguinte situação:

- ✓ A 15 de Janeiro de 2009 foi publicado, em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2009, contendo a aprovação das minutas do contrato de investimento celebrado entre o Estado português e empresa Saint-Gobain Glass Portugal, Vidro Plano, S.A.;
- ✓ O referido acordo previa um investimento por parte da empresa no valor de 48,4 milhões de euros, para instalação de um novo forno *float*, que permitiria o aumento da capacidade de produção de vidro para 650 toneladas por dia, com melhoria dos processos organizativos e de gestão, do rendimento energético, produtivo e ambiental;
- ✓ O referido contrato previa, ainda, a manutenção de 125 postos de trabalho;

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ✓ Na mesma data, a empresa iniciou um processo de *lay-off*, que abrangeu trabalhadores ligados a produção, durante 6 meses. Esse período destinava-se à recuperação do forno então em funcionamento e/ou à montagem de um novo forno;
- ✓ No entanto, volvidos os referidos 6 meses, o período de *lay-off* foi prolongado, por mais dois meses;
- ✓ O período de *lay-off* (oito meses, no total) apenas serviu para celebrar com os trabalhadores rescisões contratuais amigáveis, sempre sob a “ameaça” de um despedimento colectivo. No primeiro período foram negociadas 85 rescisões e no segundo 40;
- ✓ Acresce que o forno, parado em Março de 2009, não voltou a ser activado. Também não se deu início à montagem de um novo e a Saint-Gobain, de momento, apenas serve de entreposto comercial ao vidro que vem Alemanha, tendo deixado de produzir vidro;
- ✓ Aliás, o forno da fábrica de Santa Iria era o único em Portugal e, de acordo com os Requerentes, a sua paragem, bem como a falta de perspectiva quanto à sua substituição, representará uma destruição do tecido produtivo português, num sector onde a empresa era líder, fornecendo o mercado ibérico, ao nível da construção civil e ramo automóvel. Em resposta a uma questão colocada pelos Senhores Deputados, os Requerentes referiram ainda que, à data da paragem da sua laboração, toda a produção era escoada e que, antes de pararem, produziram até ao limite da capacidade de armazenamento da empresa, para fazer face às encomendas;
- ✓ Embora a administração refira que a construção do forno ocorrerá em 2014, o Sindicato defende que, se em dois anos o forno não for construído, perderá todo o sentido e que a Espanha passará a produzir o vidro para o mercado ibérico, em substituição da Saint-Gobain portuguesa;
- ✓ Neste contexto, defende o Sindicato que o período de *lay-off*, sobretudo o segundo período de dois meses, foi ilegal, uma vez que serviu apenas para ganhar tempo e negociar os despedimentos. Durante este tempo não foi feita qualquer acção de formação aos funcionários, nem qualquer actuação tendente à manutenção dos postos de trabalho;
- ✓ Além do mais, a negociação das rescisões contratuais com os trabalhadores, bem como o facto de não se antever a colocação de qualquer forno, constitui uma grave violação do contrato de investimento celebrado com o Estado.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Terminada a exposição inicial, seguiu-se uma fase de debate, na qual intervieram os Senhores Deputados presentes na audiência. O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) mencionou que tinha conhecimento do assunto. Acrescentou que o problema da localização do forno constitui uma consequência da globalização e das economias de escala. Acrescentou que o problema da Saint-Gobain tinha duas vertentes, sendo uma a questão da legalidade do *lay-off* e outra, o acompanhamento do contrato de investimento celebrado com o Estado português. Quanto a este último aspecto, o referido acompanhamento é da competência da 6.ª Comissão de Assuntos Económicos Inovação e Energia, que deveria ser informada, para efeitos de solicitação de informação ao Governo.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) iniciou a sua intervenção, referindo que quem acompanhava este assunto, no seu Grupo Parlamentar, era o Deputado Miguel Tiago. Acrescentou que o PCP acompanhava com preocupação a destruição do tecido produtivo nacional, nomeadamente numa empresa estratégica no sector, o que é uma responsabilidade do Governo português. Salientou a intensificação da exploração dos trabalhadores, bem como a falta de fiscalização das situações de *lay-off*.

Quanto à Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), agradeceu a exposição bastante clara dos Requerentes e pretendeu saber se a empresa tem feito outros investimentos e se, durante o período de *lay-off* tinha havido fiscalização da Autoridade para as Condições de Trabalho ou de outro organismo do Ministério do Trabalho.

Os Requerentes referiram que não houve qualquer acompanhamento digno desse nome. Quanto à previsão de investimento, mencionaram a continuação da intenção de construção do forno, constantemente reiterada, mas constantemente adiada por parte da administração.

A Senhora Deputada Anabela Freitas (PS) agradeceu então aos membros do Sindicato a exposição feita que, em conjunto com a documentação previamente enviada, constituía uma clara descrição da situação.

A audiência foi encerrada pelas 12 horas e 30 minutos.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conclusões:

1º) Elaborar Relatório da Audiência, que será presente à 11.ª Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;

2º) Remeter o Relatório de Audiência, bem como a documentação entregue pelos Requerentes, à 6.ª Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, para efeitos de, se assim for entendido, solicitar informação ao Governo sobre o cumprimento do contrato de investimento celebrado entre o Estado português e a Saint-Gobain.

Palácio de São Bento, em 23 de Março de 2010

A DEPUTADA,

Anabela Freitas

Anexos: Diversa documentação entregue pelo Sindicato, incluindo a Resolução do Conselho de Ministros que publicou o contrato de investimento entre a Saint-Gobain e o Estado português.